

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA
DE ANTROPOLOGIA**

LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E
POLÍTICAS**

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

JUNHO 2004

ÍNDICE

0. Introdução.....	3
<i>0.1. Constituição da Comissão.....</i>	<i>3</i>
<i>0.2. Objectivos da Avaliação.....</i>	<i>3</i>
<i>0.3. Sequência e Metodologia de Trabalho.....</i>	<i>4</i>
<i>0.4. Termos de Referência.....</i>	<i>5</i>
<i>0.5. Apreciação do R.A.A.....</i>	<i>5</i>
<i>0.6. A Visita.....</i>	<i>7</i>
<i>0.7. Organização do Presente R.A.E.....</i>	<i>8</i>
1. Organização Institucional.....	9
2. Objectivos do Curso.....	10
3. Plano de Estudos.....	11
4. Conteúdos Programáticos.....	19
5. Alunos.....	21
6. Processo Pedagógico.....	22
7. Corpo Docente.....	24
8. Pessoal Não Docente.....	27
9. Instalações e Equipamentos.....	28
10. Recursos Financeiros.....	29
11. Relações Externas e Grau de Internacionalização.....	30
12. Ambiente Académico (Apoio Social).....	30
13. Gestão de Qualidade.....	31
14. Empregabilidade.....	32
Balanço Global e Conclusões.....	35
Classificação dos Campos de Apreciação.....	37

Anexos

0. Introdução

0.1. Constituição da Comissão

A Comissão de Avaliação Externa (CAE) dos cursos de Antropologia da Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP), da Universidade Nova de Lisboa (FCSH), do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), da Universidade de Coimbra (I.A.), e da Universidade Fernando Pessoa, do Porto, foi constituída pelos seguintes elementos:

Prof.^a Doutora Jill Dias, Presidente, Professora Catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Prof. Doutor Carlos Diogo Moreira, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

Prof. Doutor Manuel Laranjeira Areia, Professor Catedrático do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade de Coimbra.

Prof. Doutor Brian Juan O'Neill, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Prof. Doutor Joan J. Pujadas, Professor Catedrático do Departamento de Antropologia, Filosofia i Treball Social da Universitat Rovira i Virgili.¹

0.2. Objectivos da Avaliação

O principal objectivo da avaliação de que esta Comissão de Avaliação Externa foi incumbida é averiguar se as instituições universitárias visitadas possuem condições minimamente capazes para proporcionar aos seus licenciados a formação desejada e, simultaneamente, procurar corresponder ao espírito consagrado na Lei nº 38/94, artº. 4º e Dec-Lei. nº 205/98, de 11 de Junho, nomeadamente, estimular a melhoria da qualidade das actividades desenvolvidas e permitir uma melhor informação entre as instituições e entre estas e a comunidade em geral.

¹ Face a indisponibilidade de última hora manifestada pelo Prof. Joan Pujadas e desejando a Comissão manter um contributo de um especialista estrangeiro, foi convidada a título de assessora a Profª. Mary Bouquet da Universidade de Utrecht. Atendendo ainda ao inesperado desta alteração, a Profª. Mary Bouquet só pode participar em duas das visitas programadas, respectivamente nos dias 15, 16, 17 e 18 de Março.

A avaliação tem ainda por finalidade contribuir para o ordenamento da rede de instituições do ensino superior e para o reconhecimento de diplomas académicos e títulos profissionais a nível europeu, no espírito da Declaração de Bolonha.

As observações feitas neste RAE são fruto de uma reflexão conjunta dos membros da CAE (comportando inevitavelmente algum grau de subjectividade) e devem ser entendidas num sentido eminentemente construtivo.

0.3 Sequência e Metodologia de Trabalho

No dia 27/01/04 teve lugar no edifício sede do Conselho de Avaliação da Fundação das Universidades Portuguesas (CAFUP) uma reunião aberta a todos os membros das Comissões de Avaliação Externa com os Presidentes do Conselho de Avaliação da FUP e do Conselho de Avaliação da APESP e o Adjunto do Presidente do Conselho de Avaliação da FUP. Na reunião, a qual se realizou na sequência de outras anteriormente havidas com os Presidentes das CAE's, foi analisado o processo de avaliação do 2º ciclo e distribuídos os documentos “Constituição das CAE's”, “Guião de Avaliação Externa” e “Grelha de Avaliação Externa”.

Em 01/03/04 os membros da CAE reuniram-se na sala do Conselho de Avaliação para distribuição de serviço e análise dos programas de visitas. Foi decidido, dado o número relativamente reduzido de instituições a serem visitadas, não criar subcomissões. Foi ainda decidido que a futura redacção dos relatórios de avaliação externa serão da responsabilidade da CAE no seu conjunto.

As visitas realizaram-se entre o dia 08/03 e o dia 19/03/04.

Em 12 de Maio de 2004 a CAE reuniu de novo na sede do Conselho de Avaliação da FUP para análise dos Relatórios de Avaliação Externa.

As visitas às instituições observaram o programa tipo que vai apresentado em anexo.

A metodologia seguida pela Comissão para a recolha de dados que caracterizassem a instituição visitada assenta, antes de mais, numa análise criteriosa do respectivo Relatório de Auto-Avaliação e no esclarecimento directo de questões por ele suscitadas no diálogo com os vários colectivos com quem a CAE se reuniu (Professores, Alunos, Pessoal não docente, etc.) durante a visita institucionada.

A Comissão estudou com cuidado os objectivos que a Escola se propunha atingir e fez todo o possível para avaliar do êxito obtido na consecução desses mesmos objectivos.

0.4. Termos de Referência

Os termos de referência que se apresentam em anexo constituem o quadro director da Avaliação Externa e enumeram todos os aspectos que a Comissão considerou necessário esclarecer para poder levar a bom termo a sua missão. Este documento foi aprovado por consenso por todos os membros da CAE e enviado às instituições previamente à visita institucional, constituindo a guião que orientou essa visita.

0.5. Apreciação do RAA

O *Relatório de Auto-Avaliação* (RAA) do ISCSP/Universidade Técnica de Lisboa, referente ao quinquénio 1998-2003 (ano-objecto 2002/3) foi da responsabilidade de Prof. Doutor João Pereira Neto, Coordenador da Unidade Científico-Pedagógica de Antropologia, tendo sido elaborado por uma comissão composta pela Prof^a Catarina Casanova, Mestres Sónia Frias, Elvira Pereira, Susana Garcia e Cristina Cunha, e Dr^{as} Nérika Silva e Olívia Carmona. Compõe-se por três volumes: Vol. 1 *Licenciatura em Antropologia* (182 pp.), Vol. 2 *Licenciatura em Antropologia – Tabelas* (268 pp.) e *Anexo I* composto por algumas Adendas às Fichas de Disciplinas², às Fichas de Docentes³ (contendo predominantemente listas de teses orientadas e publicações) e legislação (Decreto 29/80 de 17/5 e Portaria 330/80 de 12/6). O primeiro volume do RAA ainda inclui um “Comentário ao Relatório de Auto-Avaliação..” datada de 29/12/03 especificando as razões pelas quais os signatários (Profs. Doutores Carlos Diogo Moreira, Maria Celeste Quintino e José da Cunha Barros) não podem rever-se no RAA (pp. 183-4), uma resposta à mesma pelo Coordenador e Secretária da Licenciatura em Antropologia de 7/1/04, respectivamente Prof. Doutor João Pereira Neto e Prof^a Catarina Casanova (pp. 1185-8) e o texto de uma *Acta* da referida Unidade de 12/3/03 (páginas numeradas 1-8, seguidas por uma página [Lista de Presenças] com assinaturas).

² Inglês para as Ciências Sociais I e II, Sociologia Geral, Antropobiologia [c/ bibliografia] e Museologia Etnológica I e II [c/ bibliografias].

³ Profs. António Marques Bessa, Carlos Diogo Moreira e João Pereira Neto.

O RAA, de dimensão volumosa, está bem apresentada, com quadros estatísticos e gráficos informativos de fácil leitura, e inclui no seu início muita informação sobre a história e desenvolvimento do Instituto desde o seu nascimento em 1906 como Escola Colonial até às transformações da sua designação nominativa sucessivamente em 1954, 1961 e 1974. No seu conjunto, os dados expostos fornecem matéria preciosa para a análise do Curso ao longo dos cinco anos em questão.

Como é natural em documentos extensos desta natureza, o RAA contém variadas omissões e lacunas com respeito a materiais que são menos informativos sobre alguns elementos (que serão referidos ao longo deste Relatório), nomeadamente a relação entre a investigação (e os Centros/unidades de pesquisa) e a Licenciatura, o elo entre os colóquios e seminários e o Curso e a filosofia e estruturação dos estágios e saídas profissionais. Os dois parágrafos conclusivos em torno da percepção das compiladoras do RAA dos pontos fortes e fracos do Curso (Vol. 1, p. 182) podiam ter sido algo mais desenvolvidos.

Foram feitos três inquéritos de opinião: aos antigos alunos (de 58 licenciados entre 1998 e 2003, um universo de 53 a inquirir resultou em 32 contactados); aos estudantes actuais (um total de 215 alunos nos quatro anos do Curso em 2002/3, com 58 frequentadores das aulas inquiridos); e aos docentes (do total de 52, 28 foram inquiridos). Com respeito a este último inquérito, note-se que a esmagadora maioria dos docentes do Instituto (50 de 52) preencheram as fichas de docentes.⁴ Todas as fichas de disciplinas foram preenchidas, sem falta. Em geral, o conteúdo das fichas indica um espírito positivo da “cultura de auto-avaliação”.

Além do RAA, foram gentilmente fornecidos dois volumes⁵ nos quais foram publicados pelo próprio ISCSP documentação exaustiva compondo as primeira avaliação do Instituto entre 1997 e 2000 (Cursos de Gestão e Administração Pública, Relações Internacionais, Comunicação Social, Antropologia, Política Social e Sociologia do Trabalho).

⁴ Faltando apenas duas fichas.

⁵ *Primeira Avaliação do ISCSP 1997-1998 – 1998-2000*. 2 Vols. (1062 pp.) Lisboa: ISCSP, Coordenação de Oscar Soares Barata.

0.6. A Visita

A visita institucional ao ISCSP decorreu numa atmosfera cordial e colegial, tendo havido um acolhimento simpático nas novas instalações do Pólo Universitário do Alto da Ajuda. Cumpriu-se o calendário da visita, com algumas alterações pontuais, tendo havido reuniões com as autoridades académicas do Instituto – Prof. Doutor Oscar Soares Barata (Presidente do Conselho Directivo), Prof. Doutor António Sousa Lara (Vice-Presidente do Conselho Científico⁶) e Prof. Doutor João Pereira Neto (Presidente do Conselho Pedagógico) –, três das sete compiladoras do RAA (Prof^a Catarina Casanova, Mestre Sónia Frias e Dr^a Nérika Silva), dirigentes da Associação de Estudantes (Curso de Sociologia do Trabalho) e do Núcleo de Antropologia (NANT), alunos dos dois primeiros e dois últimos anos, docentes envolvidos no Curso de Antropologia, antigos alunos, pessoal não-docente, assistentes, e, em conclusão, novamente com as autoridades académicas do ISCSP e as compiladoras do RAA. Foram também visitadas as instalações nos Pisos 0, 1, 2 e 3 (cf. Alínea 9 deste Relatório).

As reuniões foram complementos preciosos as informações contidas no RAA, tendo sido esclarecidos durante o seu prosseguimento vários pontos e dúvidas levantados pelos membros da Comissão. Foram colocadas à disposição da CAE um leque amplo de publicações (livros, actas de colóquios, separatas), teses e sumários das aulas para consulta.

Na reunião com as autoridades académicas, na qual foi prestada uma atitude muito colaborante com o processo de avaliação externa, foi referida a particularidade do ISCSP não estar organizado em Departamentos mas, antes, em grupos temáticos/unidades. Com as compiladoras do RAA, diversos factores foram discutidos, com destaque para assuntos relacionados com o Plano de Estudos. Nas reuniões com os alunos focaram-se aspectos do treino metodológico e prático ao longo do Curso, a utilidade da disciplina de Inglês para as Ciências Sociais, diversos pros e contras do Tronco Comum, questões bibliográficas, e as necessidades de maior tempo lectivo dado a informática e cadeiras propriamente antropológicas dos 1º e 2º anos. Uma questão muito falada foi a da transferência de discentes do Curso de Antropologia para outros Cursos (cf. Alíneas 3.6 e 3.a deste Relatório).

⁶ Em virtude do Presidente do Conselho Científico integrar a CAE.

Na reunião com os antigos alunos (cf. Alínea 14) foi enfatizada a importância da referência à especialização na licenciatura que aparece no diploma do Curso, e que tem repercussões positivas em situações de emprego. Verificou-se que, embora todos os seus empregos não constituam sempre um espaço de ligação directa com o Curso ou com a Antropologia, a situação de empregabilidade dos licenciados em Antropologia *não* se afigura como pessimista.

Na reunião com os docentes, discutiu-se a reestruturação do Curso, os programas das disciplinas, a Declaração de Bolonha e algumas perspectivas sobre a África como área preferencial de focagem na licenciatura.

Na reunião com o pessoal não-docente, foi apontada uma óptima relação com os docentes e discentes, um contentamento generalizado com as novas instalações, mas alguma preocupação com a falta de incentivos e perspectivas futuras de carreira e o número (absolutamente mínimo) de funcionários a assegurar alguns serviços.

0.7. Organização do Presente RAE

Para dar conta, da melhor maneira, dos muitos comentários e observações críticas sobre a licenciatura, entendemos organizar os dados com base nos seguintes 14 campos de apreciação os quais estão já definidos no Guião de Avaliação Externa aprovado em Novembro de 2003 pela F.U.P. / Conselho de Avaliação:

1. Organização Institucional
2. Objectivos do Curso
3. Plano de Estudos
4. Conteúdos Programáticos
5. Alunos (procura, sucesso escolar)
6. Processo Pedagógico
7. Corpo Docente
8. Pessoal Não-Docente
9. Instalações e Equipamento

10. Recursos Financeiros
11. Relações Externas e Internacionalização
12. Ambiente Académico (Apoio Social)
13. Gestão da Qualidade
14. Empregabilidade

Nestes campos de apreciação não se desenvolveu nem o custo por aluno nem a acção social escolar por serem campos de análise genéricos que dizem respeito à Instituição em geral.

1. Organização Institucional

A organização institucional que acolhe o Curso de Antropologia no ISCSP é algo muito diferente dos outros cursos no País, principalmente devido à estruturação do Instituto através de temáticas ou áreas em vez de Departamentos. Assim, os órgãos de natureza científica e pedagógica são comuns a todos os Cursos do Instituto. O Curso está, antes, ligado à *Unidade Científico-Pedagógica de Antropologia*, que não corresponde à lógica de um departamento. Existem sete licenciaturas no Instituto, bem como sete mestrados e cinco cursos de pós-graduação. Data de 1968 a licenciatura em Ciências Antropológicas, no ano seguinte passando à designação de Licenciatura em Ciências Antropológicas e Etnológicas (RAA, Vol. 1, p. 19). Cada unidade de coordenação pedagógica e científica “é coordenada por um professor catedrático, ou por um professor associado, designado por dois anos pelo Conselho Científico do ISCSP. O coordenador designa um secretário de entre os docentes que integram a unidade” (Vol. 1, p. 22).

O facto de não haver uma Comissão Científica explicitamente para a licenciatura de Antropologia parece prejudicar a identidade da mesma, sendo um factor preponderante a própria orgânica da instituição (que agrupa conjuntos de disciplinas), que não parece a mais adequada. Quanto ao empenho do Instituto no Curso de Antropologia, verifica-se um espírito positivo, embora em alguns campos o próprio RAA confesse não haver recursos adequados: “O ISCSP não possui estruturas formais de orientação escolar ou de apoio pedagógico e psicológico dos alunos. Contudo, nesta

área de apoio aos alunos é de destacar o trabalho do gabinete ISCSP/Activo” [um gabinete de estágios e saídas profissionais] (Vol. 1, pp. 33-4).

Durante a visita, a orgânica actual do Instituto (dotado de autonomia financeira, administrativa, científica e pedagógica) foi largamente abordada, tendo havido opiniões divergentes quanto à sua articulação com o Tronco Comum e com planos de reestruturação lectiva que necessitam de outros tipos de organização pedagógica e científica.

2. Objectivos do Curso

São quatro os objectivos enunciados do Curso (Vol. 1, p. 18)⁷:

“A Licenciatura em Antropologia destina-se a preparar profissionais para o exercício de profissões qualificadas:

- na docência no ensino secundário,
- nos museus e organismos de investigação relacionados com a Antropologia,
- em organismos que se dedicam a actividades de desenvolvimento regional e ordenamento do território,
- em organismos ligados à cooperação com os países africanos de expressão portuguesa e com outros países...”

Não são referidos objectivos científicos/académicos propriamente ditos. Entre as saídas profissionais (museus, PALOPs, organismos de desenvolvimento regional, Câmaras Municipais e comunidades imigrantes), a docência no ensino secundário é colocada em primeiro lugar, apesar de reconhecer que esta saída encontra-se frustrada pelo Ministério da Educação. Aliás, considerando os quatro Variantes do Curso nos 3º e 4º anos, haveria argumentos a favor duma inversão total da ordem dos quatro objectivos, colocando os organismos de cooperação internacional e de desenvolvimento regional em primeiro e segundo lugares respectivamente, e a docência no ensino secundário em último.

⁷ Indicando como fonte a *Guia da Licenciatura em Antropologia 2003-2004* (ISCSP).

Os objectivos são pouco aprofundados; ou seja, embora explicitados no início do RAA, não são acompanhados por uma discussão ou reflexão pormenorizada. Nem é indicada uma visão estratégica do desenvolvimento do Curso no futuro próximo. Os comentários nas pp. 181-2 relativos ao leque alargado de cadeiras e formação especializada dos 3º e 4º anos parecem contraditórios quando confrontados com o número aparentemente reduzido de alunos de Antropologia nestes anos e o número de disciplinas opcionais sem alunos (a referir à frente: ponto 3.6).

3. Plano de Estudos

De introdução, uma série de observações globais podem ser sintetizadas.

1. Não obstante ser importante a interdisciplinaridade, parece indispensável que a Antropologia seja melhor contextualizada no conjunto de disciplinas afins. Várias opiniões foram veiculadas, particularmente pelos discentes, no sentido da necessidade de serem incluídas nos primeiros dois anos *mais disciplinas de Antropologia*.

2. O Curso claramente cobre *um vasto leque* de regiões e temáticas, procurando responder a diversas solicitações teóricas e práticas da parte dos discentes, sejam estas de natureza mais académicas ou, alternativamente, mais “aplicadas” à vida social actual.

Num nível mais específico, os seguintes pontos críticos podem ser levantados:

3. O RAA não oferece quaisquer reflexões explícitas em termos da *filosofia de base* que orienta a estrutura da parte do Curso mais específica da Antropologia (3º e 4º anos). Assim, a lista de cadeiras obrigatórias dos 3º e 4º anos (tronco comum de Antropologia) não parece obedecer a qualquer filosofia de base coerente.

4. Quanto à relação entre *cadeiras obrigatórias e optativas*, não há articulação óbvia entre as disciplinas curriculares e opcionais desses anos. Por exemplo, a disciplina “História da Colonização Moderna e da Descolonização” é disciplina obrigatória *anual*.

Em contrapartida, faltam disciplinas teóricas de base, fundamentais para um curso de licenciatura em Antropologia – Parentesco e Instituições Familiares, Género, Antropologia Política (correspondendo a esta rubrica parte do conteúdo de “Sistemas Políticos e Jurídicos Tradicionais”), Antropologia da Religião, do Económico, do Simbólico....

Verifica-se, nesta linha, algum desajuste entre os conteúdos de algumas disciplinas que são consideradas basilares e outras, opcionais (o Curso comporta 20 disciplinas anuais e 23 semestrais [p. 26]). Por exemplo, no plano de estudos (ver RAA, Vol. 2, Tabela 5 – Curriculum do Curso, pp. 24-5), “Teorias da Antropologia Social” é disciplina opcional! No período em análise, só teve um aluno. Uma das compiladoras do RAA veiculou uma opinião no sentido de poder passar esta disciplina a ser obrigatória (reunião com os autores do RAA, 23/3/04).

É aqui que aparece na bibliografia obras de Malinowski, Radcliffe-Brown, Lévi-Strauss, Geertz, etc. – que deviam ser de leitura obrigatória por quem pretende obter o grau de Licenciatura em Antropologia. Onde é que estão os evolucionistas sociais do século XIX (Morgan, McLennan, Tylor, Frazer)? Onde é que está a Antropologia norte-americana da primeira metade do século XX (Boas, Kroeber, Benedict, Mead...)? Tais desajustes podem ter consequências eventualmente negativas para a eficácia pedagógica global da licenciatura: em que contexto situa o discente os autores verdadeiramente clássicos, em contraste com os autores cujos contributos se afiguram mais especializados ou regionais?

No RAA é afirmado: “Outra linha de interesses da Antropologia desenvolvida no pós-guerra, prende-se com a recuperação do interesse sobre as questões relativas à evolução cultural, linha essa muito dinamizada por Leslie White” (Vol. 1, p. 23). Qual a justificação de assinalar apenas aquele autor, sem referir também Julian Steward, Elman Service, Morton Fried, Eric Wolf, algumas obras de Marshall Sahlins, e, mais recentemente, reflexões e novas visões do chamado neo-evolucionismo, tal como expressas em obras de Jonathan Friedman e Michael Rowlands, ou outras de Timothy Earle?⁸ Muitas das interrogações levantadas pela Comissão têm uma provável origem nesta secção do RAA (Vol. 1, 3.1.4. Enquadramento do Curso.. pp. 22-5), que parece

⁸ Concretamente: Timothy Earle “Political Domination and Social Evolution” in Tim Ingold (org.) *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres: Routledge, 1994; 940-61.

excessivamente breve e pouco fundamentada quanto à Antropologia em geral, bem como nas suas tendências específicas.

5. Relativamente aos *quatro Variantes* da licenciatura nos 3º e 4º anos, não estão justificadas explicitamente no RAA, embora parecem relacionadas com as diferentes saídas profissionais referidas nos objectivos do Curso. Numa secção que aborda o contexto em que o Curso foi criado (Vol. 1, p. 19), o RAA contém uma breve referência a conjuntos de disciplinas que estão “orientadas para a formação de especialistas aptos a trabalhar em...” actividades (já referidas) como a cooperação, o desenvolvimento regional, museus e Câmaras Municipais e “no domínio da integração social e cultural das comunidades de imigrantes”. Porém, não é clara a relação entre estas vias de formação práticas ou “aplicadas”, por um lado, e, por outro, os eixos centrais e a filosofia académica no interior da estrutura do Curso.

As designações dos quatro Variantes são: Antropologia Social, Sociologia das Regiões Tropicais, Gestão do Património e Acção Cultural, Relações Etno-Culturais. Não deixam de poder chamar a atenção de alguns leitores os termos algo ambíguos/desactualizados incluídos nos dois últimos rótulos (cf. “Etno-Culturais” e “Regiões Tropicais”), não querendo com isto implicar qualquer subestimação de temas ou zonas actualmente estudados noutros sítios sob epítetos semelhantes (p. ex., Relações Étnicas, Minorias Étnicas, Etnicidade, Identidades Étnicas, reflexões críticas sobre o Lusotropicalismo, abordagens “regionais” ou transnacionais de áreas como a América Latina/Caraíbas, África, o Índico, o Sudeste Asiático, etc). Por outro lado, há tudo um leque de *recentes domínios* em Antropologia que, ou não são contemplados, ou são mencionados apenas parcial ou indirectamente – como, por exemplo, Antropologia Visual, Antropologia Urbana, Estudos da Globalização, Estudos Pós-coloniais, a Auto-etnografia, narrativas ou o património intangível.....

Com vista à implementação futura duma inevitável reestruturação, parece de todo o interesse proceder a uma reflexão aprofundada em torno do número destes variantes a manter (ou alterar), a sua interligação e a sua filosofia de base face à Antropologia contemporânea.

6. Mais grave é o facto que, devido à “fuga” de alunos de Antropologia para outras licenciaturas nos 3º e 4º anos, *não há discentes suficientes para por em funcionamento as opções* das variantes referidas, como se pode verificar na seguinte lista das 21 disciplinas opcionais dos 3º e 4º anos (ordenadas sequencialmente nesta lista, desde o 1º semestre do 3º ano ao 2º semestre do 4º) com os seus respectivos números totais de alunos (Vol. 2, fichas de disciplinas, pp. 92-154):

Sociedades Camponeses – 1 (Erasmus)

Museologia Etnológica I – 9

Teoria e Pesquisa das Relações Étnicas I – 2

Planeamento Económico e Desenvolvimento [anual] – 0

Problemas de Etnologia Económica – 0

Administração Municipal – 7

Espaço Urbano e Identidade Sócio-Cultural – 4

Animação Cultural e Acção Educativa – 9 [8?] (4 Erasmus)

Museologia Etnológica II – 6

Teoria e Pesquisa das Relações Étnicas II – 4

Nacionalismo e Identidade Política - 2

Regimes Políticos Africanos - 0

Modernização e Mudança Cultural das Regiões Tropicais [anual] – 4 [6?]
(4 Erasmus)

Teorias da Antropologia Social [anual] – 1

Estruturas Sociais – 0

Estabilidade e Mudança Social – 0

Introdução à Tecnologia Tradicional Portuguesa - 7

Planeamento das Actividades Culturais - 5

Espaços Inter-Culturais – 3

Estrutura e Imagens da Cultura Portuguesa - 2

Regimes Políticos Asiáticos – 0

No total, são seis opcionais sem alunos.

Nas fichas das disciplinas (Vol. 2), os docentes de algumas destas disciplinas optativas referiram estas cifras mínimas, entre outros factores nos campos 9 (Pequeno relatório crítico/pedagógico) e 10 (observações):

EUIISC (Espaço Urbano e Identidade Sócio-Cultural): “o reduzido número de alunos”

PEE: “não houve alunos”

RPA: “não houve alunos inscritos”

TAS: “os alunos não compareceram nas aulas”

ES: “não houve alunos inscritos”

EIC: “o reduzido número de alunos sujeitos a avaliação”

RPAs: “o absentismo permanente do reduzido número de alunos”

EMS: “não houve alunos inscritos”

ITTP: “um decréscimo em termos de resultados”

Além disso, verifica-se que mais quatro disciplinas, estas obrigatórias (todas elas anuais, do 3º ano), tinham menos de 10 alunos inscritos: Antropobiologia, História da Antropologia, Povos e Culturas de África, Geografia Humana das Regiões Tropicais. Ainda mais duas disciplinas (do 4º ano) tinham 10 discentes inscritos: Sistemas Políticos e Jurídicos Tradicionais (semestral), e História da Colonização Moderna e da Descolonização (anual). Este números reduzidos não deixam de suscitar interrogações.⁹

⁹ Note-se que a Comissão de Avaliação Externa verificou em 2000 que “10 das 21 disciplinas que constituem o elenco das quatro especializações contavam, no ano em análise, com um número de inscritos abaixo de cinco...” (*Primeira Avaliação do ISCSP 1997-1998/1998-2000*. II Vols. ISCSP: Coord. Oscar Soares Barata, 2002; Vol. II, p. 951).

7. Outro ponto a assinalar diz respeito à *distribuição de docentes pelas disciplinas*, que parece pouco equilibrada ou racional: algumas disciplinas parecem ter docentes a mais comparado com o número de alunos – e.g., “Economia das Regiões Tropicais”, com apenas 14 alunos, é leccionada por um Professor Catedrático, dois assistentes e uma monitora. O “Seminário de Investigação”, com 11 alunos, é leccionado por um Professor Catedrático, um Professor Auxiliar e quatro assistentes.

Por sua vez, cinco das oito disciplinas obrigatórias – em princípio fundamentais do Curso de Antropologia dos 3º e 4º anos – são dadas exclusivamente por assistentes ou assistentes convidados.

8. O RAA refere que o Curso visa preparar “especialistas nos campos da Antropologia dita ‘tradicional’ ” e que “Este legado da Antropologia a que poderemos chamar ‘clássica’ é no ISCSP reconhecido e considerado de grande valor..” (Vol. 1, p. 24). Ora, embora compreendendo o sentido abstracto destas afirmações, não se afigura fácil – para qualquer conjunto de antropólogos em qualquer lugar! – a definição daquilo que caracteriza uma *Antropologia tradicional ou clássica*. De modo semelhante, embora referidas, não parecem ter sido suficientemente discutidas as análises de “sociedades ditas complexas” ou as “cidades do chamado mundo industrializado” (*id.*) Imediatamente se interroga: em qual época? em qual tradição nacional?¹⁰ com respeito a que povo, região, comunidade, bairro ou país? Qualquer curso deverá estar num processo constante de auto-reflexão em torno das tradições clássicas na Antropologia, mas com um olhar específico sobre os elos entre essas tradições e as novas temáticas que vêm surgindo. Tal reflexão, embora referida diversas vezes durante a visita, não vem expressa no RAA.

9. Quanto ao *ensino pós-graduado*, existe uma oferta ampla e variada: dois cursos de pós-graduação do ISCSP (Estudos Islâmicos, China Moderna) e um Mestrado de Antropologia (Ciências Antropológicas), havendo outros mestrados do Instituto também abertos a alunos de Antropologia. Embora inclua uma listagem das teses de mestrado completadas entre 1998 e 2003, e das de doutoramento em 1999 e 2000 (Vol. 1, pp. 63-

¹⁰ Estas mesmas, nem sempre lineares ou homogéneas.

6), o RAA está omissivo quanto ao funcionamento, corpo docente, número de alunos, ou planos curricular e de seminários destes cursos¹¹.

Durante a visita, estes pontos foram discutidos, tendo havido esclarecimento de dúvidas. Três temas destacaram-se em diversos momentos:

a) *O Tronco Comum*: não é sentida uma grande representação da Antropologia no Tronco Comum (dois primeiros anos), facto que dificulta a percepção dos docentes envolvidos na Antropologia; possivelmente a falta de uma “identidade antropológica”, apontada principalmente nos dois primeiros anos, sugere uma interdisciplinaridade que é sugerida na Declaração de Bolonha, mas que, no caso concreto em causa, acaba por favorecer um leque de temáticas exteriores à própria Antropologia. Será possível conciliar essa interdisciplinaridade com uma identidade antropológica mais vincada no futuro? Foi referido como notório que os alunos não têm uma aproximação com a Antropologia nos primeiros anos, o que irá ser mudado no futuro. Em relação ao reduzido número de finalistas, sugeriu-se que se mantivesse a liberdade de transição entre licenciaturas, mas que fosse dada a conhecer mais a Antropologia nos primeiros anos, podendo ser que assim os alunos ficassem motivados para continuar no Curso. Outra sugestão foi feita no sentido de integrar cadeiras optativas no 2º ano; com uma futura semestralização, poder-se-à aumentar o número global de cadeiras.

Varias referências foram feitas à prática de transitar duma a outra licenciatura nos 1º ou 2º anos, chegando a ser invocada a metáfora do *trampolim*. O quadro na p. 128 do RAA (Vol. 1) não podia ser mais explícita: é no segundo ano que acresce substancialmente o número de respondentes que consideram o Curso de Antropologia “desadequada à realidade social”. A situação pode resultar de ingressos de alunos que tencionavam, já de início, transitar para outro curso, ou, alternativamente, duma falha generalizada em “aliciar” os discentes durante os primeiros dois anos a permanecer no Curso. A Comissão ficou com a sensação de que o Curso perde mais estudantes a outros cursos do que ganha por importação (trampolim inverso).

b) Verificou-se alguma falta de motivação dos alunos para questões relacionados com a *África*, facto em si contraditório, considerando a tradição da instituição. Será uma

¹¹ Sendo no entanto fornecido um resumo do plano curricular do Mestrado em Ciências Antropológicas numa brochura entregue com a documentação suplementar ao RAA.

situação transitória? Foi referida a recuperação de África e a descoberta do Oriente, embora também se notava menos “espírito de aventura” da parte dos alunos face a terrenos longínquos, porventura fruto de algum comodismo actual (contradição flagrante, tratando-se de discentes de Antropologia, que, como os de Geografia, Linguística e Arqueologia, por exemplo, obrigatoriamente confrontam prolongadas estadias no terreno). De facto, o conteúdo de algumas das disciplinas relacionadas com o continente africano foi comentado largamente pela Comissão Externa anterior em 2000, que manifestou estranheza pela inclusão dum texto algo datado sobre os Bosquímanos num programa de disciplina - nada é intrinsecamente “desactualizada” entre os Bosquímanos; antes, tratar-se-á do *modo como* tais grupos ou povos são abordados actualmente.¹² Neste sentido, detecta-se alguma continuidade entre a avaliação anterior e a presente, relativamente à permanência no Plano de Estudos de designações, termos, palavras, conceitos e referências bibliográficas que parecem carecer de uma reformulação e actualização para os discentes melhor acompanharem novas aplicações do conhecimento antropológico e desenvolvimentos recentes no âmbito do progresso científico.

Dois campos que receberam apreciação geralmente positiva foram a área de Antropologia biológica (que, do ponto de vista de alguns alunos, poderia ser mais contemplada no Plano de Estudos) e a disciplina “Inglês para as Ciências Sociais (I e II)”. Este ponto de vista, com alguns pormenores qualificativos, foi geralmente partilhado entre docentes e discentes, ainda que a CAE considere quatro semestres de Inglês excessivo.

Embora tendo mencionado alguns professores que existem diferenças de opinião em relação ao futuro (reestruturação da Licenciatura, Declaração de Bolonha), e constatando a Comissão – noutro momento – que existe um grupo expressivo de docentes críticos do Tronco Comum (e também do plano curricular de Antropologia em geral), referiu-se que a política dos cinco cursos com um Tronco Comum está em discussão, podendo vir a ser alterada no futuro.¹³

¹² Para descrições etnográficas recentes, reflexões teóricas e propostas sócio-políticas para a protecção de grupos de caçadores/recolectores, cf. Richard Lee & Richard Daly (orgs.) *The Cambridge Encyclopedia of Hunters and Gatherers*. Cambridge: Cambridge University Press (1999), onde os Bosquímanos (bem como outros grupos comparáveis) são largamente focados na actualidade e na história da antropologia.

¹³ Reunião com os professores de todos os anos, a 23/3/04.

Relembra-se que o Plano de Estudos actual (2004) do Curso de Antropologia é idêntico ao de 1996/7 (tendo apenas as quatro Áreas de Formação Complementar passado a designar-se por Variantes) [*Primeira Avaliação* Vol. II, pp. 656-8].

4. Conteúdos Programáticos

1. Os *títulos das disciplinas* parecem demasiado genéricos – por ex., “Análise Regional”, “Estabilidade e Mudança Social”, “Estruturas Sociais”..... Os rótulos de algumas disciplinas – (Vol. 2: Tabela 5 Curriculum do Curso) – incorporam variados termos de duvidosa actualidade. No entanto, outras comportam terminologia perfeitamente actualizada (Nacionalismo, Animação Cultural e Acção Educativa, Identidades Socioculturais, Relações Étnicas). Contidos dentro das fichas das disciplinas, também se encontram termos como “globalização” ou estados “pós-coloniais”, que indicam algum acompanhamento de temáticas novas recentes.

Não querendo dizer que um determinado rótulo (abstractamente) obrigatoriamente implique bibliografia desactualizada, suscitam algumas dúvidas a manutenção de títulos como: Estabilidade e Mudança Social (cuja bibliografia interna, paradoxalmente, não se reveste como desinteressante); Regiões Tropicais (termo presente na designação de três cadeiras); Desenvolvimento e Mudança Cultural; Etnologia Económica; Administração Municipal; Colonização Moderna; Sociedades Camponesas; Actividades Culturais; Regimes Políticos Africanos/Asiáticos. Ou seja, qual a justificação para alguns dos termos referidos que definem temáticas e regiões geográficas? O RAA, embora mencionando alguns deles, em relação às quatro Variantes, não aborda a questão em pormenor.

2. A *bibliografia* de algumas disciplinas precisa de ser mais actualizada: na disciplina de “História de Antropologia” – obrigatória e anual – a bibliografia só refere a histórias gerais de Antropologia – em especial, a de Marvin Harris, cuja visão fortemente materialista da sociedade e da cultura resulta numa história bastante tendenciosa em termos da selecção dos temas e dos autores tratados. Não é referida a obra de George Stocking. Não parece ser exigido (como já observámos) a leitura dos textos originais de autores, tais como Tylor, Morgan, Boas, Malinowski, Radcliffe-Brown e outros autores clássicos. A bibliografia referida da disciplina “História da

Colonização Moderna e da Descolonização” parece-nos extremamente pobre. A bibliografia da cadeira “Povos e Culturas e África” parece desactualizada e pouco interessante. Algumas disciplinas referem “resumos das aulas” entre a bibliografia referida nas fichas; por ex. a cadeira de “Análise Regional”. Não há referência explícita a discussões periódicas colectivas (anuais, bienais..) destinadas a remodelações das bibliografias individuais de disciplinas e das articulações destas remodelações interdisciplinas. Um docente referiu actualizações bibliográficas efectuadas de três em três anos, chamando a atenção para alguns perigos de hiper-actualização.¹⁴

3. O RAA refere o *Seminário de Investigação* (disciplina anual obrigatória do 4º ano) apenas superficialmente (Vol. 1, p.20), e a relação entre o seminário e “um trabalho realizado sob a forma de estágio” não é clara. Embora a ficha da disciplina mencione um projecto, eventual trabalho de campo, um relatório de progresso e um relatório final,¹⁵ seria desejável ao nível da Unidade Científico-Pedagógica de Antropologia alguma abordagem da filosofia subjacente a todos estes elementos, bem como umas linhas em torno do elo entre este seminário final e os momentos anteriores de treino para pesquisa (nos outros três anos).

4. Após a avaliação anterior, o RAA refere as modificações introduzidas: “O ISCSP teve em conta algumas das críticas e sugestões feitas como por exemplo a actualização curricular que foi conseguida através de ‘update’ profundo dos programas e bibliografias de muitas das cadeiras ministradas (veja-se, por exemplo, os Volume 2 e 2 para detalhes mais concretos” (Vol. 1, p. 26). A Comissão ficou com a impressão, durante a visita, que a referida *update* ficou muito aquém daquilo que é afirmado no RAA, e apenas em relação a um reduzido número de disciplinas, reformuladas a título individual.

Nota: A própria instituição (ISCSP) possui uma história potencialmente interessante para perspectivar, sob prismas modernas da história da Antropologia ou da Antropologia Reflexiva, dado o seu passado como instituição ligada à administração colonial (remontando para a Escola Colonial em 1906) e subsequente desenvolvimento.

¹⁴ Perigo evidente em qualquer actualização, levantando o dilema perene da relação entre novas tendências e a sua absorção (processo mais lento) pela disciplina: quais novas linhas chegam a ocupar posições destacadas, e quais permanecem, por assim dizer, em notas-de-rodapé na história da Antropologia a longo prazo?

¹⁵ Em tom de humor, um discente apelidou o relatório final “uma bíblia”.

O que torna qualquer esforço em “renovar” globalmente o conjunto de disciplinas antropológicas inerentemente saudável, desde que efectuada integral e colectivamente.

5. Alunos

Quanto à procura do curso, em 2002/3 predominava no Curso a classe etária dos 25-29 anos, seguida pela dos 30-44 (Vol. 1, p. 39), sendo, quanto à distribuição por sexo, uma licenciatura predominantemente feminina (64%) (Vol. 1, p. 40). Em 2002/3 havia um total de 215 alunos no Curso, nos quatro anos componentes (Vol. 2, p. 157). A proveniência geográfica dos alunos aponta para uma predominância da área de Grande Lisboa, seguida por um menor número de discentes originários dos distritos de Setúbal, Évora e Santarém (Vol. 1, p. 42; Vol. 2, p. 159)). A nota de candidatura oscilou entre 12,5 e 16,4 valores, uma maioria de 55% tendo notas entre 13,5 e 14,4 valores (Vol. 1, p. 42). A maioria dos candidatos colocou o Curso de Antropologia em 3º lugar, sendo as escolhas em 1º e depois em 2º lugares os seguintes. É necessário realizar uma prova específica em História, Filosofia ou Geografia. Em 2002/3 se registaram aproximadamente nove candidatos por cada vaga disponível (p. 44), tendo sido nesse ano admitidos 61 candidatos. O número de candidatos tem diminuído desde 1998/9 (1073 candidatos) até 2002/3 (483 candidatos).

É de notar que a esmagadora maioria dos antigos alunos (90,6%) indicam que a sua escolha do Curso derivou duma razão de *vocação* (p. 76), em vez de outra razão envolvendo uma relação mais estreita com o emprego. Relativamente ao nível geral de satisfação dos discentes com o Curso, já foi referido que globalmente a opinião é de que a formação teórica se destaca como a mais forte.

É de assinalar, no entanto, que o Curso está amplamente publicitada em termos de brochuras e folhetos informativos (*Guia da Licenciatura em Antropologia*, bem como brochuras dos Cursos de Mestrado e Pós-graduações).

6. Processo Pedagógico

1. Há um *número extremamente reduzido de finalistas* da licenciatura em Antropologia, (aparentemente só 8-13 no ano 2002/2003). O número de alunos admitidos ao Curso neste ano foi (repetímo-lo) 61. Verifica-se, todavia, uma fuga de alunos para outras licenciaturas nos 3º e 4º anos, pelo que os alunos que acabam a licenciatura são muito poucos: 10 em 1998/1999; 4 em 2002/2003 (RAA, Vol. 2, p.162).

Esta situação resulta, ao que parece, de duas situações: a) a fraca presença de Antropologia nos primeiros dois anos do Tronco Comum – representada só com uma disciplina, o que parece seriamente deficiente; e b) a eventual efeito perverso de os alunos terem aproveitado da média mais baixa de ingresso em Antropologia, relativamente a de outros cursos do ISCSP, para ganhar um lugar universitário, com a intenção de mudar o curso mais tarde; c) o regime liberal interno, que permite aos alunos mudar facilmente para outro curso de licenciatura dentro do ISCSP a partir do 3º ano.

Esta ideia foi confirmada durante a visita.

Para contrariar essa tendência é preciso reforçar a Antropologia nos dois primeiros anos do Tronco Comum, e, eventualmente, impor um sistema interno menos permissivo em termos de mudança do curso.

2. *Questões pedagógicas gerais*: A opinião dos alunos indica que existe uma elevada satisfação geral (62,5 %) em relação aos conhecimentos generalistas fornecidos pelo Curso (RAA, Vol. 1, pp. 80-1), porventura confirmando a atitude positiva face ao Tronco Comum. A satisfação em relação a conhecimentos especializados, no entanto, foi menos elevada (50,0 %), tendo pronunciado uma percentagem significativa (25%) no sentido dela ser Baixa (pp. 82-3). A atitude prevalecente quanto à formação teórica demonstra valores iguais para satisfação Média (44%) e Elevada (44%). Um detalhe interessante revela que a maioria dos inquiridos considera a sua formação “medianamente rígida” (47%), enquanto 38% a valorizam como “Flexível” (p. 84). As opiniões face à carga horária global coincidem, sendo 34,5 % nem desadequada nem adequada, e 32,85% adequada (p.124). Uma maioria pronuncia de forma morna sobre o regime de avaliação adoptado no Curso, havendo uma maioria de 48,3% que consideram-na nem desadequada, nem adequada (p. 138).

Durante a visita, alguns discentes afirmaram considerar a carga global do 4º ano algo pesada. Existe a sensação de que vigora alguma discriminação em relação aos discentes de Antropologia não só pelos colegas como pelos professores de outros Cursos. Alguns alunos desejariam frequentar cadeiras que existem no Curso de Política Social. Foi sugerida várias vezes que houvesse mais oportunidade em aprofundar conhecimentos da Informática, eventualmente através da inclusão de disciplinas próprias de introdução e treino.

3. Mas e ao nível da pedagogia *prática, da metodologia e do treino para investigação* que se detectou maior insatisfação. Aliás, o próprio RAA aponta para “a falta de uma componente prática mais elevada em várias cadeiras da licenciatura” e à possibilidade de “poder haver um maior número de aulas práticas” (Vol. 1, p. 140). Se bem que a satisfação referida face ao treino teórico seja elevada, o mesmo não acontece com o foro dos trabalhos práticos: apenas 38% de discentes inquiridos consideram essa satisfação Média, 31 avaliando-a como Baixa e 22% como Muito Baixa (p. 79). Ou seja, os objectivos da licenciatura na área do ensino prático têm sido menos eficiente do que no domínio puramente teórico.

Analisando as disciplinas que mencionam uma ou outra forma de trabalho prático, ficamos com o seguinte panorama (fichas das disciplinas): em Antropologia (2º) menciona-se “trabalhos com uma vertente prática”; em Povos e Culturas de África (3º) refere-se a impossibilidade de propor uma “experiência de trabalho de campo..”; em Espaço Urbano e Identidade Sócio-Cultural (3º) há menção dum *workshop* + portfolio; na Antropobiologia (3º) existem aulas práticas; em Teoria e Pesquisa das Relações Étnicas (I e II) (3º/4º) elabora-se uma proposta de investigação + portfolio; em Modernização e Mudança Cultural das Regiões Tropicais (4º) há trabalhos de investigação; e o Seminário de Investigação (4º) incorpora um projecto de investigação e trabalho de campo.

Isto é, no ano-objecto, havia oito disciplinas que anunciavam trabalhos práticos, embora parecem ser apenas cinco em que se concretizavam. Qual a *filosofia e lógica* colectiva que subjaz este conjunto de cadeiras que podem fornecer instrumentos práticos preciosos aos discentes, ao nível de exercícios etnográficos, registos, curtas estadias no terreno ou a preparação de pré-projectos? Ao longo do RAA, menciona-se a necessidade para mais momentos de tal treino: com vista às implicações do Declaração de Bolonha no futuro, qual será a futura composição e interligação destas disciplinas?

Poderá haver “eixos verticais” de trabalhos práticos em anos sequenciais, ou também “eixos laterais” articulando duas disciplinas com exercícios práticos no mesmo ano? As carências já apontadas no RAA foram confirmadas durante a visita, verificando o continuado interesse da parte dos discentes para *o alargamento e acréscimo de momentos de treino prático ao longo do Curso*.

7. O Corpo Docente

Havia alguma falta de clareza nos gráficos do RAA (Vol. 1, pp. 46-7) que referem o número de Assistentes no ISCSP, sendo mencionado que “16,66% dos docentes são assistentes e 36 % são Assistentes Convidados..” (no Gráfico 16 só aparece 30%). Durante a visita, esta discrepância foi esclarecida: os 16,6 % dizendo respeito a docentes de Antropologia e os 30% referindo ao corpo docente do ISCSP em geral. Também não foi claro a que se refere a frase “títulos produzidos”, na secção em torno de seminários de investigação, tendo sido esclarecido que se tratava de apresentações orais em contextos de seminário (em vez de publicações, comunicações ou títulos de projectos).

O corpo docente tem uma percentagem muito alta ainda de assistentes e de assistentes convidados. De acordo com os dados do RAA, há um total de 52 docentes envolvidos com o curso de Antropologia, *mais um terço dos quais (quase 37%)* são assistentes ou assistentes convidados (Vol 2, pp. 164-5). Trata-se de uma situação já bastante anómala no contexto universitário português. Por sua vez, o número de doutores em Antropologia é muito reduzido: 3 doutorados em Antropologia, dos quais apenas um com agregação especificamente *em Antropologia*.

Do total dos 52 docentes envolvidos, em maior ou menor grau, com o curso de Antropologia, são:

12 com doutoramento¹⁶ (6 dos quais com agregação)¹⁷ [como o grau mais alto possuído]

23 com mestrado¹⁸

¹⁶ Incluindo os três doutores em Antropologia.

¹⁷ Um dos quais agregado em Antropologia.

17 com licenciatura

Professores Catedráticos: 4 (dos quais, um de Antropologia) [7,7%]

Professores Catedráticos convidados: 1 [1,9%]

Professores Associados: 1 (com agregação) [1,9%]

Professores Auxiliares: 4 (dois dos quais de Antropologia) [7,7%]

Professores Auxiliares convidados: 3 [5,8%]

Assistentes: 16 (9 dos quais de Antropologia, ou seja, 16,6%) [30,8%]

Assistentes convidados: 19 (4 dos quais de Antropologia, ou seja, 21%) [36,5%]

Monitoras: 4 [7,7%]

O RAA refere que 24% dos docentes são doutorados, enquanto dois assistentes aguardam provas de doutoramento (p. 47). Na reunião com os assistentes, foi referido que dez docentes dessa categoria estão a elaborar os seus doutoramentos (nove em Antropologia Cultural e um em Estudos Americanos); na reunião com as compiladoras do RAA afirmou-se que a quantidade de assistentes tem tendência a diminuir. 50% dos docentes com licenciatura estão a realizar mestrados. Dos 23 mestres, “um número considerável” estão a trabalhar nos seus doutoramentos.

A impressão retida da reunião realizada com os assistentes durante a visita foi de um grupo relativamente jovem, empenhado, em visível crescimento académico e com desejo de ver uma reforma curricular profunda no sentido de “modernizar” a licenciatura. Em geral, “os docentes consideram quer o regime de avaliação, quer a carga horária da sua disciplina e do curso em geral, são adequados” (Vol. 1, p. 180).

O RAA é omissivo quanto aos interesses e actividades de investigação da maior parte dos docentes, embora o Anexo I (31 pp. + legislação) contém alguma informação em torno das de alguns docentes. Em termos numéricos, a produção de dissertações é boa: o RAA refere (Vol.1, pp. 63-6; Anexo I, pp. 17-21) um total de 40 teses de

¹⁸ Contando o mestrado como o grau mais alto possuído pelo docente referido (obviamente, dos 12 docentes doutorados, alguns terão obtido anteriormente o grau de mestrado).

Mestrado (em Ciências Antropológicas e Estudos Africanos) e 17 de Doutoramento defendidas (ou em curso no ano-objecto) durante o quinquénio, estas últimas predominantemente na especialidade de Antropologia Cultural. O Relatório menciona, sim, diversos Centros de Investigação, sem no entanto entrar em pormenor relativamente à estrutura interna de qualquer um deles. Faltam listas mais completas das publicações, conferências e comunicações dos docentes individuais nos últimos cinco anos, bem como informação relativa a acções de colaboração com outras instituições, para melhor apreciar a actividade de investigação científica dos docentes globalmente.

O RAA refere seis “acções de investigação” ligadas ao Curso e menciona quatro Centros como unidades de investigação¹⁹ (Vol. 1, pp. 66-7), não sendo mencionado financiamento externo no âmbito dos programas da FCT. As que parecem ser de maior projecção estão ligadas à área de Antropobiologia (as alíneas referindo estas acções mencionando, entre outros, parceiros como a UNESCO, a Universidade de Cambridge, o CRUP, etc.). Note-se que se refere a várias destas acções com frases incorporando a palavra *projecto*, sem que sejam especificados os respectivos sentidos implicados nem a dimensão das equipas.²⁰

O RAA é omissivo quanto às conferências e colóquios ligados ao Curso (p. 35); os dados referem somente ao ano 2002/3. Uma antiga aluna referiu que não existem projectos de investigação a decorrer, o que seria importante para integrar os alunos. Estas lacunas não sugerem qualquer ausência de investigação, mas antes pouca especificação do *elo directo entre alguns projectos de pesquisa e algumas das disciplinas ministradas*. Como filtra, e onde, a pesquisa elaborada por um determinado docente dentro do quadro geral da Licenciatura? O RAA, embora lista em diversos sítios comunicações individuais e seminários organizados e decorridos, não inclui informação detalhada em torno destas articulações íntimas entre a investigação e o ensino.

No foro das publicações, a Comissão teve oportunidade de consultar brevemente os livros dos docentes²¹ expostos durante a visita: sobretudo aqueles em forma de textos e manuais pedagógicos, editados prioritariamente pelo próprio ISCSP. Verificava-se

¹⁹ Centro de Estudos Antropológicos, Centro de Estudos Africanos, Centro de Estudos Chineses, Centro de Estudos Islâmicos.

²⁰ cf. “Projecto de investigação”, “Projecto Europeu”, “Projecto em colaboração com..”, “Projecto de avaliação..”.

²¹ Ultrapassando o papel desta Comissão qualquer apreciação *qualitativa* pormenorizada do conjunto dessas publicações.

que havia poucos artigos publicados em revistas científicas nacionais ou internacionais, com *referees*. Igualmente, no campo das articulações com instituições ao nível internacional, no domínio da investigação, o RAA menciona em passagem vários protocolos, embora não aprofundando a sua descrição (pp. 22; 35-6).

8. Pessoal Não Docente

O RAA refere na Tabela 15 (Vol. 2, pp. 266-7) 51 funcionários técnicos e administrativos no Instituto que estão directamente ligados ao ensino, dois dos quais licenciados, outros três com Cursos Técnico Profissionais e nove o 12º Ano; uma maioria de 18 funcionários possui habilitação do Ensino Básico. Por categoria, predomina as de Auxiliar Administrativo (15 funcionários) e Assistente Administrativo Principal (10). Cerca de 54% dos docentes avaliam a sua relação com o pessoal administrativo como Boa e 29 % como Muito Boa, sendo os valores próximos em relação ao pessoal auxiliar: 50% Boa e 29% Muito Boa (Vol. 1, pp. 164-6). Na visita, estiveram presentes funcionários da Secretaria, Biblioteca, Secção Pedagógica, Tesouraria e Contabilidade, tendo sido referido que o pessoal não docente constituía um mínimo em termos de funcionamento (tratando-se de um problema generalizado). Embora tenham sido efectuadas algumas acções de formação, estas não têm podido generalizar-se devido à dificuldade do (já reduzido) pessoal ausentar-se dos seus locais de trabalho. Quanto à motivação, foi veiculada uma opinião no sentido de que os incentivos da administração pública serem “nulos”.

Corroboraram existir uma boa relação com o corpo docente. Verificou-se alguma falta de preferência para o trabalho técnico em bibliotecas universitárias como a do ISCSP, devido ao nível de trabalho que estes implicam. Os horários dos cursos de pós-graduação estendem-se até às 22 horas, tendo sido evidente na reunião que se mantém um certo grau de dedicação ao Instituto. Globalmente, no entanto, sente-se que o pessoal não docente precise de um reforço/alargamento para poder deixar de funcionar no limiar do referido nível mínimo.

9. Instalações e Equipamentos

É notória a satisfação dos docentes, funcionários e alunos com as novas instalações do Pólo Universitário do Alto da Ajuda, parecendo também criadas as condições para uma melhoria qualitativa da licenciatura de Antropologia. Porém, algumas opiniões no inquérito aos docentes indicam que alguns destes mantêm a sensação de que a quantidade e a qualidade da bibliografia disponível na biblioteca é apenas Boa (Vol. 1, pp. 167-8).

Foram visitadas: no Piso 1 Salas de docentes, de reuniões e Secretaria, salas de informática, salas de aula [existem 40 no total] (cada uma com retroprojector e *datashow*, bem como acessibilidade para deficientes) e o Grande Auditório (com 330 lugares e equipamento de tradução simultânea); nos Pisos 1, 2 e 3 a Biblioteca; no Piso 3 os Gabinetes do Presidente do Conselho Pedagógico, do Conselho Directivo, dos Órgãos de Gestão (reuniões), dos Serviços Administrativos, da Secção de Contabilidade e Sala de Fotocópias; no Piso 0 o Anfiteatro 6, Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais, Cantina/Bar e a sala de aula para a disciplina de Antropobiologia (com respectivo material laboratorial). Existem também vários locais de estudo e convívio (referidos no Vol. 1, p. 14-15). Sem ser totalista neste breve resumo das instalações e equipamentos, a visita a alguns pontos principais forneceu uma visão de conjunto de uma localidade ambiental extraordinariamente bem concebido para o trabalho universitário de ensino e investigação.

A Biblioteca – de livre acesso com empréstimo domiciliário e com capacidade de 194 alunos – não está no entanto ordenado por áreas científicas, sendo a lista de obras acessível apenas na Intranet e não na Internet; por cada sala de estudo existe um terminal informático. Em Dezembro de 2002, os fundos bibliográficos incluíam 50.523 livros (títulos), 2.422 periódicos ou seriados (títulos) dos quais 103 correntes, 18 CD-ROM e 13 Cassettes de Vídeo, sendo o horário de funcionamento das 09:15 às 19:45 horas. O número de referências bibliográficas na área da Antropologia na base de dados da Biblioteca do ISCSP contava com 4.586 títulos, englobando Antropologia, Paleoantropologia, Antropologia Física, Primatologia, Antropologia Cultural e Social, Etnografia e respectivas subdivisões (folha informativa fornecida). Os discentes manifestam satisfação com a biblioteca, comentando que a bibliografia recomendada esta disponível; as aquisições novas são acolhidas com rapidez. Mas, havendo apenas uma técnica na biblioteca para elaborar a catalogação e registo das obras, não se

surpreende que as dissertações e obras de referência estão por ordem de áreas temáticas e as restantes por ordem de entrada. Foi feita uma estimativa (na reunião com o pessoal não docente) sobre a quantia aplicada às aquisições anualmente: ronda os 150.000 Euros. Tal capacidade de aquisição é notável.

Embora Vol. 1 do RAA refira algumas publicações de Antropologia disponíveis para consulta via JSTOR (p.57), durante a visita foram gentilmente fornecidos um conjunto de listagens que completaram o panorama das revistas disponíveis e publicações dos docentes de Antropologia e um Catálogo de Publicações (além dos Estatutos da UTL e do ISCSP): Lista de Periódicos Correntes Existentes na Biblioteca do ISCSP (26 pp.); Lista de Periódicos Acessíveis na Base em linha JSTOR (11 pp.) [Internet]; Lista de Periódicos Acessíveis na base em linha “*Social Sciences Plus*” (41 pp.) [Internet]. Em geral, a informação bibliográfica, se não é suficiente, deve-se à falta de dinamismo do ensino, uma vez que nesta instituição os livros solicitados são adquiridos. Houve uma notável melhoria desde a última avaliação externa. Também, o equipamento informático parece estar a nível das necessidades. Não parece haver constatação global no RAA da adequação dos recursos financeiros actuais às necessidades do funcionamento e crescimento do Curso (e, aliás, do Instituto como um todo).

No conjunto, as novas instalações e equipamentos do ISCSP no novo Pólo afiguram-se como magníficas, proporcionando um ambiente sumamente agradável e propício à pesquisa, leitura, discussão, concentração e reflexão. Só poderão contribuir para significativas melhorias académicas no futuro próximo.

10. Recursos Financeiros

O RAA refere, para o ano económico de 2002, fontes de financiamento totalizando 7.574.434,21 Euros (somando o saldo do ano anterior, o Orçamento de Estado e outros fundos), das quais a afectação das verbas foram destinados ao Ensino (7.377.893,92 €) e à Investigação (196.540,29 €) (Vol. 2, p. 3), do qual 97% foi destinado ao ensino e o restante à investigação.

Atendendo ao facto do ISCSP não estar organizado por departamentos, “não se atribuem recursos financeiros especificamente ao Curso” [de Antropologia] (Vol. 1,

p.58), o que explica a dificuldade em calcular um custo médio anual por aluno no Curso de Antropologia. O RAA explica que “Nos docentes ETI estão contabilizados todos os docentes do Instituto, ou seja, os docentes que leccionam nas sete licenciaturas e sete mestrados. O número de docentes ETI afectos ao curso correspondia a 44 em 2002/3, no entanto vários docentes, como se pode verificar nas fichas de docente, leccionam em outras licenciaturas e mestrados.” (*id.*). Na Tabela 9 (Recursos Financeiros utilizados pelo curso) a coluna *Docentes ETI ISCSP* refere 103 em 1998 e, no fim do quinquénio, 128 em 2002 (*id.*).

11. Relações Externas e Internacionalização

O RAA é relativamente económico na suas referências à internacionalização do seu ensino e investigação: aborda esta dimensão apenas num parágrafo na p. 34 do Vol. 1. Existem articulações com instituições no estrangeiro, através dos intercâmbios ERASMUS: frequentaram o ISCSP no ano-objecto alunos de Alemanha, França, Itália, Espanha, Letónia (tendo ido estudantes do ISCSP a França, Espanha, Itália, Bélgica, Alemanha e o Reino Unido). Também há articulações com outras instituições públicas e privadas de índole universitária (ou não), afluídas superficialmente nas pp. 35-6. O elo entre estes protocolos e o ensino ao nível da licenciatura não é no entanto focado.

No foro dos colóquios e conferências – ligadas directamente ou mais indirectamente ao Curso – tem havido actividades (Vol. 1, p. 35), com algum destaque para temáticas asiáticas nos anos recentes, embora a menção dos mesmos seja muito resumida, por não dizer praticamente telegráfica. No campo dos projectos de investigação, parece poder haver uma maior projecção internacional (e até nacional?) dos projectos em curso coordenados por docentes de Antropologia.

12. Ambiente Académico (Apoio Social)

“O ISCSP não possui estruturas formais de orientação escolar ou de apoio pedagógico e psicológico dos alunos” (Vol 1, p. 33), não querendo isto dizer que não existam residências universitárias (da Universidade Técnica globalmente),

acompanhamento tutorial e orientação profissional, bem como algum apoio do ISCSP/Activo, que funciona como gabinete de estágios e saídas profissionais.

Apesar desta situação, existe entre os discentes e antigos alunos a noção generalizada de que o ambiente académico geral do Instituto afigura-se como estimulante. Cabe especular, porém, no sentido dum natural desenvolvimento destas dimensões de apoio social nas novas instalações do ISCSP, onde em termos puramente físicos existem condições para alargamento e melhoramento.

13. Gestão Da Qualidade

O RAA não refere explicitamente a gestão da qualidade do Curso, embora algumas aproximações à questão podem ser adiantadas. Pedagogicamente, existem estruturas de coordenação e gestão do Curso, deixando por explicitar qual a dimensão de actuação possuída por essas estruturas no sentido de sugerir/introduzir correcções e ajustamentos, para além das actualizações compreensíveis a título individual no interior de disciplinas específicas. O poder de influência da Unidade Científico-Pedagógica de Antropologia, no quadro geral do Instituto, é difícil de medir.

Sobre o controlo interno da qualidade, resta saber se nos próximos anos entrarão em funcionamento medidas correctivas para o abandono do Curso e as mudanças dos discentes de Antropologia para outros cursos do ISCSP. Uma possível medida, não impeditiva mas antes estimulativa, seria a instituição de algum tipo de “bolsas de mérito” que iriam premiar o *performance* de excelência dos melhores discentes de Antropologia. Globalmente, as sugestões feitas na avaliação anterior, embora mencionadas e provavelmente discutidas, não parecem ter sido implementadas na prática.

Durante a visita, e em algumas secções do RAA, transparecem certos aspectos duma “cultura de auto-avaliação” resultante (provavelmente) dos efeitos da primeira avaliação de 1998: as fichas de disciplinas e de docentes foram preenchidas com atenção (sendo mínimos os campos deixados em branco), e os docentes manifestam abertura relativamente à melhoria da qualidade do Curso através da actual avaliação e dos planos para uma reestruturação no futuro próximo.

Quanto a procedimentos para a inovação, detecta-se uma atitude positiva face a novos moldes de entrosamento da licenciatura com as pós-graduações, tanto ao nível de cursos pós-graduados como de mestrados e doutoramentos. Nesta área, o ISCSP já possui um considerável leque de cursos em funcionamento, se bem que as articulações entre eles e a(s) licenciatura(s) não se figuram como claramente definidas; faltaria eventualmente elos mais estreitos entre esses cursos e a licenciatura de Antropologia.

14. Empregabilidade

É de salientar que dos 32 licenciados inquiridos, 26 (81.3%) são empregados (numa diversidade de entidades empregadores: ONGs, administração central, empresas, escolas). Existe um elevado grau de satisfação com o Curso, a formação prática e conhecimentos gerais e especializados. 75% acham relevante o curso, e 50% *avaliam o curso como útil por causa da base de formação de perfil generalista proporcionado pelo curriculum da licenciatura*. Esta opinião foi confirmada na reunião com os antigos alunos do ISCSP na ocasião da visita.

Embora a amostra seja numericamente reduzida, uma ligeira maioria de licenciados obteve emprego no 1º semestre após a conclusão do Curso (Vol. 2, p.163). A taxa de empregabilidade entre os antigos alunos é elevada (81,3%) (Vol. 1, p. 74). O acesso ao 1º emprego consegue-se através de três vias principais: contactos pessoais (28,1%), iniciativa própria (28,1 %) ou, noutros casos (28,1%), já estava empregada (Vol. 1, p. 88). A área de actividade mais representada entre os recém-licenciados é a de Cultura / Planeamento / Projectos (Vol. 1, p. 91), seguido por Investigação / Docência / Formação, Museologia, Turismo, Acção Social e Jornalismo. Os empregadores maioritários são a administração local/regional e empresas. 75% consideraram que a sua formação em Antropologia teve um contributo na profissão que exerce (Vol. 1, p. 96).

Não deixa de suscitar alguma estranheza que os estágios se situam dentro da disciplina do Seminário de Investigação do 4º ano, listados ao lado de “Monografias, Seminários, Projectos” (Vol. 2, p. 155), o que nos parece relegar o estágio deste formato para uma natureza menos virada para o emprego e mais vincada a um “trabalho final da Licenciatura”, cuja essência é mais estritamente académica e menos profissionalizante.

Desta forma, são referidos 16 *estágios/monografias/seminários/projectos* feitos no ano 2002/3 (alguns elaborados por dois alunos e, num caso, quatro) no âmbito do Seminário de Investigação do 4º ano, baixo as rubricas dos temas: Gestão do Património e Acção Cultural (8), Relações Etno-Culturais (4), Antropologia biológica (2) e Antropologia Cultural (2) (*id.*). Note-se que não foi elaborado nenhum na Variante Sociologia das Regiões Tropicais. No total, ficaram inscritos 22 discentes nestes trabalhos de fim-de-curso, tendo-o concluído 11 deles.

Ainda não há estágios em Antropologia e o Gabinete de Saídas Profissionais tem pouca procura. Alguns alunos reclamam a organização de estágios. Porém, a existência de estágios, e de um gabinete próprio, é referida no RAA (Vol. 1, p. 34), mas este não fornece informações aprofundadas sobre o seu funcionamento e os locais onde são realizados. Durante a visita, neste Gabinete, foi-nos referido que, apesar de não constituírem um número significativo, alguns estágios têm sido em anos recentes efectuados por discentes de Antropologia. Um aluno dos últimos dois anos referiu que, embora exista o Gabinete de Saídas Profissionais, não existem estágios em Antropologia.

Durante a visita foi particularmente interessante ouvir as reflexões e contributos de oito antigos alunos do ISCSP. Trata-se duma das reuniões mais esclarecedoras de todas as visitas feitas pela Comissão aos cinco Cursos de Antropologia avaliados em 2004. Praticamente todos empregados, estiveram presentes os seguintes antigos alunos (AA= Antiga Aluna/ AO= Antigo Aluno):

AA licenciada em 1992; trabalha na Câmara Municipal de Odivelas (coordenação e gestão social, habitação social e realojamento);

AO licenciado em 2003; trabalha numa empresa farmacêutica;

AA licenciada em 2003; colabora na cadeira de Minorias Étnicas no Curso de Antropologia;

AA licenciada em 1999; trabalha na Junta de Freguesia de Santos-o-Velho (coordenando um gabinete de apoio à família);

AA licenciada em 2003; desempregada;

AA licenciada em 2002; estagiária numa Associação Juvenil (Centro de Arqueologia de Almada);

AA licenciada em 2000; desempregada, tendo tido proposta de emprego na Câmara Municipal de Sintra para um Centro Lúdico com crianças;

AA licenciada em 1994; docente na Universidade Independente (no Curso de mestrado em Sociologia do ISCSP).

Não se procedeu a um discurso habitual do “desemprego dos antropólogos”, verificando em primeiro lugar que se tratava de um grupo de licenciados com empregos relativamente articulados com a sua formação. Uma antiga aluna frisou que foi seleccionada num emprego precisamente porque *estava mencionada no seu diploma de licenciatura a sua especialização (Variante)*. Ou seja, a especialização feita na Licenciatura (3º e 4º anos) constituía uma mais-valia em termos de colocação posterior, devendo ser preservado no futuro.

Três pontos críticos foram levantados, no que respeita à bibliografia desactualizada, à relativa ausência duma vertente prática e à necessidade de haver mais projectos de investigação em curso, nos quais pudessem integrar discentes.

O que ressaltava nesta reunião foi a constatação de que os licenciados em Antropologia não confrontam uma situação tão pessimista que se julgava anteriormente, existindo uma diversidade de empregos que, embora nem sempre directamente associados à Antropologia académica propriamente dita, pelo menos comportam dimensões de elos laterais ou parciais. Tal constatação torna mais urgente repensar o formato dos estágios para os alunos finalistas (ou recém-licenciados) do Curso de Antropologia do ISCSP.

Balanço Global e Conclusões

Face ao exposto, apenas nos parece preciso resumir sinteticamente algumas conclusões provisórias:

1. Urge proceder a uma reestruturação profunda do Curso, por variadas razões já especificadas durante a presente avaliação, muitas das quais já foram apontadas na avaliação anterior. É obvio que existem diversas opções a levar em conta para potenciais reestruturações: umas mais inspiradas em preservar o melhor do Tronco Comum actual (ou pelo menos algo minimamente derivado do espírito duma formação geral nas Ciências Sociais), e outras mais radicalmente inovadoras no sentido de aproximação à filosofia da Declaração de Bolonha, que aponta preferencialmente para licenciaturas de três anos seguidos de mestrados de dois. Esta última opção não contraria, necessariamente, a manutenção parcial da primeira opção.

Desde há cinco anos, e apesar de algumas alterações internas verificadas nalgumas disciplinas, o Curso tem-se mantido praticamente intacto (tendo apenas transitada a designação de *Formações Complementares* em quatro *Variantes*), não parecendo que se tivesse procedido a um “update profundo” a nível geral.

Note-se que existem vontades e sugestões construtivas no sentido de avançar na concretização desta reestruturação, que certamente irá colocar o Curso em maior paridade com os outros existentes no País. Tal remodelação contribuirá, obviamente, para uma actualização de conteúdos há muito desejada.

2. A concretização desta remodelação será decerto garantida a breve prazo pelo elevado número de mestres em vésperas de obter o grau de Doutor em Antropologia.

3. A reestruturação deverá reforçar seriamente o número de disciplinas de conteúdo antropológico nos primeiros dois anos.

4. Poderá haver um maior número de disciplinas que fornecem treino metodológico ao longo dos quatro (ou três?) anos do Curso, oferecendo um leque de

situações práticas de contacto com o terreno que conduzem sistematicamente ao Seminário de Investigação no último ano. Este Seminário também poderá estar sujeito a remodelação, particularmente conforme a escolha de uma das duas opções recomendadas pela Declaração de Bolonha (4 anos de licenciatura + 1 de mestrado, ou 3 + 2).

5. Deverá manter-se a referência explícita a especializações no diploma, que, aliás, poderão vir a constituir-se por *Majors* e *Minors*, assim diversificando (ainda mais) a aptidão do licenciado para várias possíveis colocações no mercado de trabalho, apto a inserir-se em vários empregos. Houve sugestões, durante as reuniões da visita, do acréscimo de novas especializações tais como Género, Estudos Chineses, Antropologia biológica, Estudos do Ambiente e questões Orientais e Africanas.²²

6. A estrutura dos estágios deverá ser repensada e desenvolvida, podendo haver estágios mais profissionalizantes e mais generalizadas. Poderá ser aplicada no entanto alguma diferenciação entre estágios, por um lado, e, por outro, monografias ou projectos do actual 4º ano; ou seja, o treino para curtos trabalhos práticos, o treino para elaborar uma “monografia” e a preparação dum estágio são distintas, implicando diversas formas de preparação e acompanhamento. Um Curso reestruturado poderá envolver uma articulação produtiva entre estas linhas específicas, que, aliás, durante a visita foi claramente conceptualizada.

²² O RAA refere (Vol. 1, p. 35) o VI Seminário Cultural da China (2003/3) e a I Conferência Internacional sobre a Ásia do Sul e Sueste em Perspectiva – Séculos XX e XXI.

Classificação dos Campos De Apreciação²³

Campos de Apreciação	Classificação
Organização Institucional	D
Objectivos do Curso	D/C
Plano de Estudos	D
Conteúdos Programáticos	C
Alunos (procura, sucesso escolar)	C/D
Processo Pedagógico	C
Corpo Docente	C
Pessoal não Docente: - Qualificação - Suficiência	B C
Instalações e Equipamentos	A
Recursos Financeiros	B
Relações Externas e Internacionalização	C
Ambiente Académico (apoio social)	---- (sem dados suficientes)
Gestão da Qualidade	C
Empregabilidade	B

Nota: Os Níveis de Classificação atribuídos foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – *Excelente*

B – *Muito Bom* – Sem problemas estruturantes detectados, com eventuais pequenos problemas de importância secundária para a organização e funcionamento.

C – *Bom* – Pode haver pequenos problemas de alguma relevância para a organização e funcionamento do curso, mas resolúveis ao nível do Departamento ou da Coordenação do Curso.

D – *Suficiente* – Problemas estruturantes detectados que implicam intervenção institucional de nível mais elevado, mas onde se encontra dinâmica positiva que admite a sua ultrapassagem a curto prazo.

E – *Insuficiente* – Graves deficiências, algumas de natureza estrutural, com reduzidas perspectivas de recuperação imediata.

²³ Os Campos de Apreciação e os Níveis de Classificação foram definidos com base no Guião de Avaliação Externa aprovado em Novembro de 2003 pela F.U.P. / Conselho de Avaliação.

Anexos

- | | |
|---|----------|
| 1. Termos de Referência | <i>b</i> |
| 2. Constituição e Calendário de Visitas | <i>d</i> |
| 3. Programa da Visita | <i>e</i> |

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DE ANTROPOLOGIA

TERMOS DE REFERÊNCIA

1. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Objectivos e finalidades do curso. Informações sobre o contexto em que o curso foi criado. Procura do curso (condições de acesso, evolução na procura durante o período em análise) .Articulação do curso de licenciatura com cursos de ensino pós-graduado da mesma área científica.

2. PLANO DE ESTUDOS

Adequação aos objectivos e finalidades do curso. Carga horária semanal. Distribuição e peso relativo das disciplinas por áreas científicas. Articulação interdisciplinar e articulação entre formação teórica e a preparação prática (exercícios de recolha de dados). Os estágios e a interacção entre a Universidade e as Instituições de acolhimento nas quais funcionam núcleos de estágio.

3. PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

Qualidade e coerência científico-pedagógica. Adequação aos objectivos do curso. Exequibilidade. Metodologias e estratégias de ensino. Articulações horizontais e verticais. Estratégias de desenvolvimento curricular: dinâmica de actualização no período em análise.

4. CORPO DOCENTE

Qualificação académica. Actividade pedagógica e carga lectiva semanal. Actividade científica e publicações. Actividades de extensão universitária. Actividades de gestão. Coordenação entre os professores do curso. Colaboração interdepartamental e interinstitucional. Intercâmbio internacional. Financiamento externo de projectos.

5. CORPO DISCENTE

Vocação para o curso (se os alunos têm como primeira opção). Preparação cultural e científica. Capacidades de expressão e de comunicação oral e escrita. Espírito crítico. Hábitos de leitura. Condições de estudo. Programas de apoio aos alunos em dificuldades. Mobilidade internacional.

6. GESTÃO PEDAGÓGICA DO CURSO

Órgãos e mecanismos de gestão pedagógica do curso. Representatividade dos órgãos de gestão pedagógica: participação de docentes e alunos. Articulação dos órgãos de gestão pedagógica com outros órgãos de gestão. Recursos de pessoal técnico e administrativo.

7. AVALIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS

Modalidades e critérios, qualidade e fiabilidade dos processos de avaliação (escritos e orais). Taxas de sucesso, de retenção e de abandono. Prescrições e precedências.

8. INSTALAÇÕES

Espaços lectivos: número, tipologia, capacidades e qualidade. Espaços de Estudo, trabalho e convívio para alunos. Gabinetes para docentes e suas condições.

9. EQUIPAMENTO CIENTÍFICO-PEDAGÓGICO

Equipamento; apoio técnico; manutenção. Bibliotecas: quantidade e actualização do acervo bibliográfico; condições de acesso e utilização; espaços de leitura; horário de funcionamento. Meios informáticos. Meios audiovisuais. Laboratórios.

10. SAÍDAS PROFISSIONAIS

Adequação do curso de licenciatura e das competências e capacidades dos licenciados ao mercado de trabalho. Situação socioprofissional dos licenciados: emprego em área directamente relacionada com o curso, emprego numa área próxima do curso; trabalho numa área totalmente diferente; taxas de desemprego. Possibilidades de articulação entre estágios e emprego.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DE ANTROPOLOGIA

Constituição e Calendário de Visita

UNIVERSIDADE A AVALIAR	DATAS DE VISITA	MEMBROS
<u>UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA</u>	9 Março	Jill Dias
		Carlos Diogo Moreira
		Manuel Laranjeira de Areia
		Brian Juan O'Neill
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	10 e 11 Março	Jill Dias
		Carlos Diogo Moreira
		Brian Juan O'Neill
<u>U.N.L.</u>	15 e 16 Março	Brian Juan O'Neill
		Manuel Laranjeira de Areia
		Carlos Diogo Moreira
		Mary Bouquet
I.S.C.T.E.	17 e 18 Março	Jill Dias
		Carlos Diogo Moreira
		Manuel Laranjeira de Areia
		Mary Bouquet
U.T.L.	23 e 24 Março	Jill Dias
		Manuel Laranjeira de Areia
		Brian Juan O'Neill

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ANTROPOLOGIA

Programa de visita à Universidade Técnica de Lisboa/ ISCSP

23 e 24 de Março de 2004

Comissão de Visita

Prof.^a Doutora Jill Dias

Prof. Doutor Brian Juan O'Neill

Prof. Doutor Manuel Laranjeira de Areia

Dr.^a Carla Vieira (Secretária)

1º Dia

09.00 – 10.00 – Após apresentação de cumprimentos, reunião com dirigentes da instituição visitada e com os responsáveis do curso e do departamento envolvidos.

10.00 – 11.00 – Reunião com os autores do Relatório de Auto-Avaliação.

11.00 – 12.00 – Reunião com os dirigentes da Associação de Estudantes e de outras organizações estudantis.

12.00 – 13.00 – Visita às instalações.

13.00 – 14.30 – Intervalo para almoço.

14.30 – 15.30 – Reunião com os alunos dos dois primeiros anos.

15.30 – 16.30 – Reunião com os professores de todos os anos (espera-se a presença significativa dos professores dos dois primeiros anos)

16.30 – 17.30 – Reunião com outros elementos (incluindo a associação de antigos alunos, empresas, etc.)

17.30 – 18.30 – Consulta dos elementos à disposição da CAE.

18.30 – 19.30 – Reunião da CAE.

2º Dia

09.00 – 10.00 – Reunião com pessoal não docente.

10.00 – 11.00 – Reunião com os alunos dos últimos anos.

11.00 – 12.00 – Reunião com os assistentes.

12.00 – 12.30 – Reunião da CAE.

12.30 – 13.30 – Reunião com os dirigentes da instituição visitada e com os autores do relatório de auto-avaliação, para apresentação das conclusões preliminares.